

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação volta a crescer em outubro e chega a R\$ 215,6 bilhões..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Heineken consegue anular no Carf autuação fiscal milionária por amortização de ágio
..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STJ amplia efeito de decisão sobre benefícios fiscais..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Déficit nominal em 2023 será similar ao de 40 anos atrás..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

ICMS: onda de aumentos.....10

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

CNC critica isenção a importados ate US\$ 50.....11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estados calculam perdas de R\$ 109 bi com mudanças em regras do ICMS..... 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Brasil está na frente da fila para receber capital externo".....14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Municípios têm maior volume de investimento em 20 anos.....16

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Congresso fortalece articulação para derrubar veto de Lula à desoneração da folha
..... 18

PORTAL UOL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desoneração ampla da folha não chega em 2024, e governo não mostra solução.....20

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Quando a preocupação com a tributação é seletiva - EM MINAS..... 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Balança comercial brasileira vai quebrar recorde em 2023 - MERCADO S/A..... 23

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Minas no olho do furacão - RAUL VELLOSO..... 25

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
ECONOMIA

A 12 dias da posse, Milei dá sinais de alguma moderação na Argentina 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Solução para precatório avança no STF 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

STF dá recados até nas contas públicas (Artigo) 30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Responsabilidade fiscal é "pedra de toque", diz número 2 da Fazenda 31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Bolsa brasileira volta ao radar do capital estrangeiro 32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mercado vê inflação de 4,53% e PIB de 2,84% no ano 33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

"Afastamento" entre Brasil e Argentina tira peso de uma eventual dolarização 34

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Envelhecimento da população desafia a educação dos jovens (Editorial) 36

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Não há mágica para acelerar mercado de capitais, diz OCDE 38

Arrecadação volta a crescer em outubro e chega a R\$ 215,6 bilhões

EDUARDO RODRIGUES FERNANDA TRISOTTO
BRASÍLIA | COLABOROU DANIEL TOZZI MENDES/ SÃO PAULO

Após quatro meses de queda na comparação anual, a arrecadação de **impostos** e contribuições federais voltou a crescer em outubro. O recolhimento de **tributos** somou R\$ 215,602 bilhões no mês, uma alta real (descontada a **inflação**) de 0,10% na comparação com o resultado de outubro de 2022, quando o recolhimento de **tributos** havia somado R\$ 205,475 bilhões.

Já em relação a setembro deste ano, a arrecadação cresceu 23,39%. Segundo a Receita, esse é o melhor resultado para meses de outubro, em termos reais, na série histórica iniciada em 1995.

O resultado veio acima da mediana de R\$ 212,6 bilhões das expectativas das instituições ouvidas pelo Projeções Broadcast. O dado ficou no intervalo das estimativas, que ia de R\$ 205,6 bilhões a R\$ 218,771 bilhões.

No acumulado do ano, porém, a arrecadação federal somou R\$ 1,907 trilhão. O volume é o pior para o período desde 2021 (R\$ 1,776 trilhão), em valores corrigidos pelo IPCA.

O montante representa um recuo real de 0,68% na comparação com os primeiros dez meses de 2022.

Ao detalhar os números, o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias, afirmou que a arrecadação de outubro foi positiva em todos os **tributos** e que a expectativa é de melhora até o final do ano. "Creditamos isso à recuperação do ritmo da atividade econômica nesse finalzinho do ano. Há uma expectativa de que esse final do ano tenha uma recuperação mais acentuada da atividade econômica, não obstante alguns setores apresentem um desempenho negativo em relação ao ano anterior. Há expectativa positiva em relação a isso", disse Malaquias.

EVOLUÇÃO. O Fisco apontou que houve em outubro um crescimento real de 3,28% na arrecadação da contribuição previdenciária, em razão do avanço da massa salarial. O órgão destacou ainda o aumento

real de 8,20% na arrecadação de PIS/Cofins, atribuído à alta de vendas e de serviços no período, além da reoneração da gasolina.

Por outro lado, a Receita citou a redução real de 12,98% na arrecadação de IRPJ e CSLL e a queda real de 12,25% nos recolhimentos do balanço trimestral.

"Ressalta-se que, em outubro de 2022, foram registradas arrecadações atípicas, no valor de R\$ 3 bilhões", completou o órgão.

Malaquias voltou a destacar o desempenho inferior em relação a 2022 de mineradoras e petrolíferas para justificar o resultado.

Para o economista-chefe do Banco MUFG Brasil, Carlos Pedroso, a queda da arrecadação deste ano em termos reais é explicada pela menor atividade econômica e pelo recuo no preço de commodities. "Sazonalmente, o fim do ano traz uma economia mais aquecida, o que pode melhorar o desempenho da arrecadação de rubricas ligadas à atividade, mas não vemos espaço a ponto de recuperar essa perda real já acumulada ao longo do ano" disse Pedroso. O MUFG espera contração de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no terceiro trimestre, e leve recuperação (0,2%) na margem no último trimestre do ano.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Heineken consegue anular no Carf autuação fiscal milionária por amortização de ágio

Adriana Aguiar De São Paulo

A Heineken conseguiu anular um auto de infração de aproximadamente R\$ 900 milhões no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. A decisão reconheceu o direito ao uso de ágio para redução de valores de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL. A autuação é referente à compra do Grupo Schincariol pela Kirin Holdings (hoje Heineken, que herdou a disputa).

Por maioria (sete votos a um), os conselheiros da 1ª Seção da 3ª Câmara da 2ª Turma Ordinária aceitaram o recurso da empresa. A questão ainda poderá ser analisada pela Câmara Superior do **Carf**.

O ágio consiste em um valor pago, em geral, pela rentabilidade futura de uma empresa adquirida ou incorporada. Por lei, pode ser registrado como despesa no balanço e amortizado, reduzindo a base de cálculo do IRPJ e CSLL a pagar. Contudo, a **Receita Federal** autua o contribuinte quando interpreta que uma operação entre empresas foi realizada apenas para reduzir **tributos**.

No caso, a fiscalização atuou a Kirin por entender que não poderiam ser deduzidas do cálculo dos **tributos** as despesas do ágio resultante na aquisição do Grupo Schincariol (empresas Aleadri Participações e Jandagil Participações) pela Kirin Holdings (antiga Kusuga).

Para a **Receita Federal**, faltou propósito negociado na operação. Isso porque a Kirin Holdings não teria sido a real adquirente do Grupo Schincariol. Seria uma "empresa veículo", utilizada apenas para o aproveitamento do ágio na incorporação.

Segundo a fiscalização, quem de fato comprou o Grupo Schincariol foi a Kirin Japão e não a Kirin Holdings (antiga Kusuga). Assim, não teria havido a confusão patrimonial apta a autorizar a amortização do ágio.

Ao analisar o caso, o relator conselheiro Helder Jorge dos Santos Pereira Junior, entendeu, porém, que a Kirin Holdings "teve papel real e lícito nas aquisições". Para ele, o argumento da fiscalização "encampa de forma subjacente a ideia de impossibilidade de constituição de ágio em qualquer hipótese, exceto naquela em que uma determinada empresa possuísse,

por meios exclusivamente próprios, os recursos para aquisição de participações societárias".

No caso das holdings, segundo o conselheiro, "jamais haveria possibilidade de contabilização de ágio, posto que os recursos seriam sempre originados de terceiros (sócios ou outros)". O argumento da fiscalização, acrescentou, é "estranho à legislação de regência, que nada prescreve sobre tal requisito." Para Júnior, quando um investidor estrangeiro ou nacional consolida recursos ou mesmo investimentos em uma sociedade holding e a partir daí promove a aquisição de outros investimentos, "não se pode, a priori, afirmar serem estes investimentos (consolidados na holding) pertencentes ao sócio investidor estrangeiro ou nacional." Em seu voto, o relator afirmou ainda não ter encontrado nos autos do processo elementos para sustentar que a Kirin Holdings teve papel fictício, "a ponto de servir apenas como uma "empresa veículo"" (processo nº 16561.720029/2019-12).

De acordo com a advogada que assessora a Heineken no processo, Luciana Rosanova Galhardo, do Pinheiro Neto Advogados, foi uma excelente decisão. Para ela, as empresas estão vivendo um período difícil no **Carf**, em relação a julgamentos de processos que tratam de ágio.

O relator, diz a advogada, desmistificou a alegação da **Receita Federal** de que a Kirin Holding seria uma empresa veículo e a operação sem propósito negociado. Tanto que, acrescenta, houve uma ação judicial para discutir essa venda. Uma parte da família queria fazer o negócio e outra parte não.

"Ficou demonstrado que não houve simulação e que a holding realmente comprou a Schincariol", afirma Luciana. Como a Heineken comprou a Kirin, em fevereiro de 2017, a empresa acabou herdando a discussão.

Ainda cabe recurso para a Câmara Superior. Contudo, a advogada afirma que a decisão está bem fundamentada para subir para análise pela última instância do **Carf**. "Essa decisão dá um ar de esperança porque hoje temos mais de 500 operações de ágio questionadas pelo Fisco", diz.

Segundo o advogado Diego Miguita, do escritório VBSO Advogados, a decisão mostra que a maioria

esmagadora da turma ordinária (7 a 1) entende que houve propósito negocial. Contudo, afirma ele, a decisão do **Carf** chama mais a atenção por seguir a linha do primeiro julgamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre ágio.

Em setembro, a 1ª Turma do STJ afastou cobrança de IRPJ e CSLL ao analisar a incorporação da Cremerpar pela Cremer, ocorrida no ano de 2004 (REsp 2026473). "Apesar dos contextos distintos, no fim do dia, o que vale é a discussão jurídica de que não havendo simulação ou fraude, não teria como se opor aos efeitos tributários normais", diz.

Em nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) ressalta que o tema do não reconhecimento de despesas (glosa) para a amortização de ágio demanda análise caso a caso. Isso porque, afirma o órgão, existem peculiaridades nas operações societárias que geram a formação do ágio, além de discussões jurídicas específicas.

"Por essa razão, só após a análise cuidadosa do acórdão 1302-006.968 é que a PGFN poderá concluir sobre a viabilidade de inter-posição de recurso especial para a Câmara Superior de Recursos Fiscais do **Carf**", diz a procuradoria.

"Ficou demonstrado que não houve simulação e a holding comprou a Schincariol Luciana Rosanova

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187724>

STJ amplia efeito de decisão sobre benefícios fiscais

Beatriz Olivon De Brasília

A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aplicou recentemente precedente sobre a tributação de benefícios fiscais de ICMS em um processo sobre crédito presumido, apesar de a 1ª Seção - que já julgou o tema - ter destacado que o entendimento não Valeria para esse tipo de caso. Na decisão, os ministros determinaram que a segunda instância observe o que ficou definido no julgamento de recursos repetitivos, em abril.

A 1ª Seção, formada pelos integrantes da 1ª e 2ª Turmas do STJ, decidiu que benefícios fiscais de ICMS só podem ser excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL se atendidos alguns requisitos, previstos no artigo 10 da Lei Complementar nº 160, de 2017, e no artigo 30 da Lei nº 12.973, de 2014 (RE 19451 IOe RE 1987158).

Na decisão, porém, deixaram expresso que o entendimento não valeria para o crédito presumido de ICMS. E que para esse tipo de benefício fiscal deveria ser aplicado o julgamento de 2018 (ERESP 1517492), que excluiu esses valores da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Na 2ª Turma, porém, os ministros aceitaram, por unanimidade, um pedido da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) volte a julgar recurso com base no precedente da 1ª Seção.

O processo trata da tributação de benefícios fiscais concedidos pelo Estado de Alagoas. No TRF-4, a 1ª Turma decidiu, por unanimidade, que o STJ, mesmo depois das Leis nº 12.973, de 2014, e nº 160, de 2017, excluiu os créditos presumidos de ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL sem fazer qualquer tipo de limitação.

A decisão cita precedente da 2ª Turma em que ficou decidido que, considerando o precedente da 1ª Seção (crédito presumido), tornou-se irrelevante a discussão a respeito do enquadramento de incentivo/benefício fiscal como "subvenção para custeio", "subvenção para investimento" ou "recomposição de custos", já que foi excluído do próprio conceito de receita bruta operacional previsto na Lei nº 4.506, de 1964.

Por isso, acrescentaram os desembargadores,

também seriam irrelevantes as alterações produzidas pelos artigos 9 e 10 da LC 160 e artigo 30 da Lei 12.973 (REsp 1605245).

A PGFN apresentou recurso (embargos de declaração) alegando que o STJ nunca se manifestou contra os dispositivos dessas leis e que, pelo voto da 2ª Turma, se o STJ emitiu juízo quanto aos requisitos exigidos para que os créditos presumidos de ICMS sejam realmente deduzidos na apuração do lucro real, esse juízo milita em favor das exigências legais e não contra.

A procuradoria ainda indicou que eventual análise de constitucionalidade só poderia ser feita pela Corte Especial do TRF-4. Assim, para a procuradoria, a decisão sobre créditos presumidos valeria apenas até a LC nº 160, de 2017. O relator no TRF-4, desembargador Leandro Paulsen, aceitou o pedido - mas ficou vencido.

É esse recurso que deverá voltar a ser julgado por determinação agora da 2ª Turma do STJ. O relator, ministro Mauro Campbell Marques, considerou que o TRF-4 não apreciou integralmente a controvérsia, especialmente em relação ao precedente fixado pela Corte em 26 de abril.

Segundo o ministro Campbell Marques, no precedente foi definido que a LC 160, apesar de alterar a Lei 12.973, não revogou a previsão de que a dispensa de comprovação prévia, pela empresa, de que a subvenção fiscal foi concedida como medida de estímulo à implantação ou expansão do empreendimento econômico não impede a **Receita Federal** de proceder ao lançamento do IRPJ e da CSLL se, em procedimento fiscalizatório, verificar que os valores oriundos do benefício fiscal foram usados para finalidade estranha à garantia da viabilidade do empreendimento econômico.

Tendo em vista esse entendimento, o ministro reforçou que seria necessário saber se houve fiscalização por parte da **Receita Federal** para apurar a destinação dos benefícios fiscais angariados pelo contribuinte.

"O saneamento dessa omissão revelaria se ocorreu ilegalidade quanto à inclusão ou à exclusão da benesse fiscal na composição do IRPJ e da CSLL", afirma ele, no voto. De acordo com o ministro, a 1ª a

Turma do TRF-4 não se manifestou sobre os pontos levantados pela PGFN nos embargos, por isso eles deveriam ser julgados novamente.

Com a decisão, o caso volta ao TRF-4, que deve verificar se houve conformidade com a lei complementar. Mas o caso é de crédito presumido, destaca o advogado Rafael Gregorin, sócio do escritório Trench Rossi Watanabe.

O advogado reforça que o STJ decidiu, em 2018, que o crédito presumido pode ser deduzido sem que seja necessário cumprir requisitos - **impostos** para outros tipos de incentivos fiscais envolvendo ICMS. "Parece-me contraditório analisar crédito presumido pedindo para reanalisar com base em requisitos que não tratam de crédito presumido", afirma Gregorin.

Segundo Daniel Peixoto, sócio da área tributária do escritório Machado Meyer, a decisão não muda o entendimento do tribunal sobre o tema. O advogado destaca que o julgamento realizado em abril não tratava de crédito presumido e entendeu que os demais incentivos não estavam sujeitos à mesma tese.

Por isso, diz o advogado, não se trata de mudança de entendimento do STJ de que para o crédito presumido é necessário olhar se os critérios foram cumpridos. "Não foi essa a decisão", afirma.

Procurada pelo Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional informou que não comentaria a decisão. Em nota, o gabinete do relator, Mauro Campbell Marques, esclareceu que nas situações sobre tributação de valores de benefícios fiscais de ICMS, para o crédito presumido de ICMS, que é um tipo de incentivo, há o precedente da 1ª Seção julgado em 2018 (REsp 1517492), mas a regra geral para os demais está no repetitivo julgado em abril (REsp 1945110).

"TRF-4 não apreciou integralmente a controvérsia"
Campbell Marques

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187724>

Déficit nominal em 2023 será similar ao de 40 anos atrás

Alessandra Saraiva

Em meio às discussões do governo e do mercado sobre a viabilidade de zerar o déficit fiscal do país em 2024, estudo dos economistas Fabio Giambiagi e Guilherme Tinoco, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), joga luz sobre 43 anos das contas públicas brasileiras - de 1981 a 2023.

Uma das conclusões dos economistas é que, apesar dos avanços institucionais e estatísticos ocorridos nessas mais de quatro décadas, o Brasil tem "andado em círculos" na questão fiscal. O déficit nominal de 2023, diferença entre despesas, incluindo juros, e receitas, deverá ser próximo a 7% do **PIB**, percentual semelhante ao déficit operacional médio do país nos anos de 1981 e 1982. O conceito de déficit operacional considera a diferença entre a despesa, incluindo os juros reais, e a receita.

Os dados do estudo indicam que o déficit primário continua ser um dos grandes desafios em termos de política econômica. "É um déficit para ninguém botar defeito, que tem que ser combatido", diz Giambiagi ao comentar o texto, intitulado "Política fiscal no Brasil de 1981 a 2023: uma retrospectiva histórica".

No trabalho, Giambiagi e Tinoco estimam que o déficit primário do governo central - diferença entre receitas e despesas sem contar juros de dívida pública e correção monetária - será equivalente a 1,08% do **PIB** neste ano.

Na quarta-feira (23), o governo divulgou o quinto relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas. No documento, foi atualizada a projeção para o déficit das contas públicas de 2023. O número saiu de R\$ 141,4 bilhões (1,3% do **PIB**) para R\$ 177,4 bilhões, o que representa 1,7% do **PIB**.

O déficit primário de 1,08% apontado no trabalho de Giambiagi e Tinoco tem como base o quarto relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas. Até a divulgação do número mais atual, na semana passada, o déficit de 1,08% era o pior resultado desde a pandemia, quando o resultado primário ficou negativo em 9,79% do **PIB** em 2020. Aquele ano foi uma "tragédia processual" em diversos níveis e também na área fiscal, nas palavras de Giambiagi. A

necessidade de enfrentar a crise sanitária aumentou os gastos do governo em ritmo atípico na comparação com anos anteriores.

Agora em 2023, mesmo sem números tão elevados quanto os do auge da crise da covid-19, as despesas governamentais ainda não trazem boas notícias. Giambiagi e Tinoco mostram que, em uma análise longa, o ritmo de crescimento do gasto público tem ficado acima da cadência da economia brasileira. A média de expansão anual real do gasto público total foi de 4,1% em 32 anos, já computada a expectativa para 2023. Essa taxa foi de quase duas vezes o crescimento do **PIB** médio no período, de 2,3% ao ano, mostra o estudo.

Outro dado preocupante é o da dívida líquida total do país (diferença entre passivos e ativos acumulados pelas três esferas do governo, incluindo Banco Central e estatais), que situou-se em 59,6% do **PIB**, em julho. É um dos maiores percentuais em 21 anos, só perdendo para 2020 (61,4%) e levemente abaixo de 2022 (59,9%).

As estimativas de Giambiagi e Tinoco são próximas às do boletim Focus do Banco Central (BC), em 27 de novembro, documento que reúne as projeções de mercado. O número previsto para o déficit primário em relação ao **PIB** no boletim foi de 1,1% para 2023. Já a estimativa de relação entre dívida líquida do setor público e o **PIB** para este ano ficou em 61% para 2023.

A ausência de superávit primário indica que o governo não consegue economizar o suficiente, gastando mais do que arrecada. Se, ao contrário, conseguir fechar as contas no azul, o governo cria expectativas favoráveis para a economia, com reflexos positivos para a redução dos juros e da dívida.

No estudo, Giambiagi e Tinoco tratam também da relação recente entre política e gasto público. Na visão deles, as emendas parlamentares geraram "gasto recorrente de - literalmente - dezenas de bilhões de reais feito todo ano para pequenas obras ou dotações, sem qualquer lógica sob a ótica das políticas públicas nacionais". Giambiagi e Tinoco prosseguem: "O cenário atual é caracterizado por um contexto político de fortalecimento recente do Congresso, cuja consequência é o aumento da descentralização de

recursos por meio das emendas parlamentares".

Giambiagi defende a necessidade de se priorizar o controle do gasto: "O tema do controle do gasto tem que entrar em pauta de uma forma mais incisiva na discussão [do país como um todo]".

No texto, Giambiagi e Tinoco alertam que o gasto previdenciário é a maior rubrica da despesa primária do governo federal, com tendência de aumento em razão da estrutura demográfica do país, mais envelhecida. Dizem que muitas distorções foram corrigidas na reforma de 2019, mas ressaltam que novos ajustes podem ser necessários. O trabalho mostra que a parcela do **PIB** para pagamentos no **INSS** deve ficar em 8,11% em 2023, perdendo apenas para 2020, na pandemia, com 8,72% do **PIB**.

Ainda pelo lado das despesas, o estudo aborda a questão do salário mínimo, cuja valor foi definido como piso previdenciário desde a Constituição de 1988. Significa que, para cada 1% de aumento real do salário mínimo, a despesa total com o **INSS** sobe em tomo de 0,4%.

Giambiagi diz que entre 2017 e 2022 o salário mínimo se manteve constante em termos reais. Ele lembra que o país aprovou neste ano lei que determina que o salário mínimo acompanhe o crescimento defasado do **PIB**. E diz que, se o país crescer 2% ao ano por dez anos, essa lei vai representar um aumento acumulado da dívida pública de mais de R\$ 500 bilhões. O economista ressalta que "de uma penada" a nova lei consome grande parte da poupança prospectiva acumulada de pouco mais de R\$ 800 bilhões gerada pela aprovação da reforma da Previdência de 2019. "É difícil olhar para esse tipo de situação e não chegar à conclusão de que o país se prepara muito mal para o futuro", diz. "A superficialidade com que cometemos erros severos que geram problemas enormes para o futuro é profundamente desanimadora."

No texto, os economistas afirmam que é preciso dar maior ênfase à sustentabilidade da dívida pública, no sentido de um esforço gradual para reduzir a relação entre gasto público e **PIB**. Com essa finalidade, argumentam, seria importante contar com crescimento mais acentuado da economia, acima da expansão registrada no passado, sobretudo entre 2010 e 2023, de apenas 1,1% ao ano, em média.

Giambiagi e Tinoco também elogiaram a evolução das instituições brasileiras nos últimos 43 anos. Para eles, a organização institucional do país permitiu a construção de instituições fiscais sólidas - como a Secretaria do Tesouro Nacional, criada em 1986. A medida proporcionou um cenário mais favorável para melhor mapeamento dos números fiscais.

Nos anos 1980, lembra Giambiagi, era praticamente impossível ter detalhamento desagregado das contas públicas nacionais. Ele usou como base para a pesquisa documentos em papel que guardou ao longo da carreira. "O que eu quero é mostrar para a garotada que hoje está em uma "asset" com 23 anos como era o mundo quando eu comecei a analisar essa questão fiscal. Hoje o dado sai na internet, com todo o raio x, mas lá atrás não era tão simples assim", resume.

Os autores dizem que perduram uma série de desafios para o futuro, dos mais variados, tais como a continuidade do envelhecimento populacional, o elevado montante de despesas obrigatórias vis-à-vis o volume de despesas discricionárias, o baixo volume de investimento público, a qualidade do gasto e o elevado número de emendas parlamentares, cujo modus operandi hoje, segundo Giambiagi e Tinoco, implica uma significativa má alocação de recursos públicos. "Desse modo, o cenário fiscal dos próximos anos ainda se encontra em aberto", concluem.

"O cenário fiscal dos próximos anos ainda se encontra em aberto"

Fabio Giambiagi

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Déficit nominal em 2023 será similar ao de 40 anos atrás

Site: <https://valor.globo.com/imprensa/20231127/>

ICMS: onda de aumentos

Rafaela Gonçalves

Os estados perderam R\$ 109 bilhões de receita, em um ano, com a limitação entre 17% e 18% das alíquota do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações, promovida em junho de 2022 pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. As informações são de nota técnica divulgada, ontem, pelo Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz).

Com o teto, alguns estados, a partir de abril deste ano, começaram a elevar as alíquotas sobre os demais produtos para um patamar entre 19% e 21%. Mas o movimento não parou por aí.

Na semana passada, seis estados do Sul e do Sudeste anunciaram que aumentarão o ICMS para ampliar a base de distribuição do futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será criado pela **reforma tributária**. É que a participação de cada estado nas receitas do IBS serão determinadas conforme a arrecadação de ICMS no período de 2024 a 2028.

Isso significa que, na prática, quanto maior for a arrecadação do estado nesse período, maiores serão os recursos destinados a ele nos anos subsequentes. Segundo Marcio Miranda Maia, sócio do escritório Maia Anjos Advogados, isso deve inflar a guerra fiscal entre os estados e acarretar aumento de preços para o consumidor.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/11/28/all.pdf>

CNC critica isenção a importados ate US\$ 50

NARA FERREIRA

O presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), José Roberto Tadros, criticou ontem a isenção a produtos importados de até US\$ 50. Segundo ele, a isenção cria uma concorrência desleal e tem provocado insatisfação entre os empresários. As queixas do dirigente acontecem três dias após a Black Friday, que marca o início do período de compras de fim de ano.

José Roberto Tadros defende um tratamento igualitário, com as empresas brasileiras também recebendo o benefício da isenção em produtos de até R\$ 250. "O que nós queremos é que o tratamento seja igualitário, tanto para os produtos importados quanto para os nacionais. Se for permitido US\$ 50 isentos, que seja permitido o equivalente em reais dos US\$ 50, que seria algo em torno de R\$ 250, para as empresas nacionais", afirmou Tadros em coletiva, após se reunir com o governador Romeu Zema.

O dirigente afirma que a carga tributária excessiva que existe no país inviabiliza a competição entre comércio interno e externo. Na sua avaliação, o decreto que regulamentou a isenção de **impostos** para produtos importados é ruim. "A medida vem penalizando o empresário brasileiro. Por isso, a Federação, com apoio total das federações do comércio no Brasil e dos sindicatos, rejeita de forma unânime".

O presidente da CNC também fez críticas à **reforma tributária**. Segundo ele, a aprovação da **PEC da reforma tributária** na Câmara, em julho, deveria ter sido antecedida por uma reforma administrativa para não penalizar "o setor [de serviços], que mais emprega no país e que representa entre 73 a 75% do **PIB**", informa.

Para José Roberto Tadros, as medidas tendem a afetar, em cadeia, a empregabilidade no país. "Se você aumenta significativamente o custo do produto, vai reduzir o número de compradores do negócio e a reação é a de reduzir as vendas e o número de funcionários. Com isso, ficamos extremamente preocupados com o aumento dessa carga tributária."

Tadros falou ainda sobre a revogação, feita pelo ministro do Trabalho Luiz Marinho, da medida que altera o trabalho do comércio nos domingos e feriados. Para ele, fechar comércios essenciais, como o supermercado, atrapalha a população. "Imagine se às 6h for fechar a funerária, ou, hotéis e as farmácias aos

sábados e domingos. Então, certas atividades econômicas não podem ser tratadas de forma igualitária", enfatiza, destacando que "haverá uma reunião na própria CNC com a presença do ministro do Trabalho para se chegar a um consenso".

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/28/11/2023/p1>

Estados calculam perdas de R\$ 109 bi com mudanças em regras do ICMS

BIANCA LIMA BRASÍLIA

Os secretários estaduais de Fazenda calculam que, entre agosto de 2022 e o mesmo mês deste ano, os Estados deixaram de arrecadar até R\$ 109 bilhões devido às mudanças limitando a cobrança do ICMS sobre itens considerados essenciais, como combustíveis, energia elétrica e telecomunicações. Essas alterações foram patrocinadas no governo Bolsonaro e aprovadas pelo Congresso Nacional.

"Essa nota ratifica nosso estudo de 2022 projetando as perdas de ICMS e apresentando o dimensionamento de uma alíquota modal (padrão) neutra para que não sofressem perda de arrecadação", afirma André Horta, diretor institucional do Comsefaz, o comitê que reúne os secretários.

Segundo cálculos do órgão, essa alíquota neutra, necessária para compensar totalmente as perdas dos Estados com as leis aprovadas em 2022, se situa entre 21% e 22%. "Mas a maioria dos Estados se restringiu a ajustar a alíquota para 19% ou 20%, o que representou cerca de 55% da receita perdida em média", afirma o estudo.

No ano passado, 12 unidades da federação aprovaram projetos renivelando a alíquota-padrão de ICMS, com vigência a partir de abril de 2023. Isso porque a **legislação tributária** só permite aumentos de ICMS no exercício seguinte à aprovação da nova regra (a chamada anualidade) e depois de transcorridos 90 dias (noventena).

Neste ano, outros seis governadores elevaram as cobranças do tributo, mas com efeitos a partir de 2024. Bahia e Maranhão, por exemplo, já realizaram dois aumentos - um em 2022 e outro em 2023.

Esse movimento de reajuste vem sendo puxado pelos Estados do Norte e Nordeste, mas deve ser acompanhado pelos demais - o que gera preocupações no governo federal sobre o impacto na **inflação** do próximo ano e o eventual reflexo nas decisões do Banco Central em relação à taxa de juros.

Ontem, por exemplo, a Assembleia Legislativa do Espírito Santo também aprovou aumento na alíquota-padrão, de 17% para 19,5%. Decisão que ocorre na esteira de um **comunicado** divulgado na semana

passada por seis governadores do Sul e Sudeste. Na ocasião, eles sinalizaram que também pediriam às respectivas assembleias ajustes nas cobranças.

No **comunicado**, eles alegaram que a iniciativa estava ligada, principalmente, à **reforma tributária** - argumento que é rebatido pelo atual governo.

Segundo o Comsefaz, os ganhos tributários com o ICMS caíram, em termos reais, em todos os Estados, mas o destaque foi o Rio Grande do Sul, com um recuo de 15,1% na comparação de 2022 com 2021. O governador Eduardo Leite (PSDB), que assinou o documento divulgado na semana passada, já enviou ao Legislativo local projeto propondo a elevação da alíquota- padrão de 17% para 19,5%.

Com os aumentos já aprovados e as novas regras de cobrança do ICMS sobre diesel e gasolina, que passaram a vigorar, respectivamente, em maio e junho, os secretários apontam uma recuperação parcial da receita. A previsão mais recente do Comsefaz é de que o ICMS chegue a R\$ 690 bilhões em 2023, próximo aos valores de 2022.

HISTÓRICO. Em meio à corrida eleitoral e à disparada do preço dos combustíveis, os parlamentares aprovaram no ano passado um projeto limitando a cobrança do ICMS sobre itens considerados essenciais, como combustíveis, energia elétrica e telecomunicações - os quais respondem por cerca de um terço de tudo o que os Estados arrecadam com o tributo.

A lei, que recebeu o número 194, foi sancionada por Bolsonaro em junho de 2022.

Outro projeto, aprovado no mesmo contexto, determinou que o ICMS sobre os combustíveis passaria a ser cobrado como um valor fixo, em reais por litro, e não mais como um percentual sobre o preço final, cobrado na bomba.

O texto, que se transformou na Lei 192, também congelou a base do tributo por períodos pré-estabelecidos - o que faz com que os Estados percam arrecadação nos momentos de alta dos combustíveis e ganhem na queda.

À época da discussão das leis, os governadores

experimentavam uma forte alta na arrecadação, puxada pela disparada dos combustíveis, no contexto do início da guerra entre Rússia e Ucrânia. O movimento pesou no bolso e na popularidade do ex-presidente Bolsonaro, que disputava a reeleição. A saída encontrada, em meio a fortes críticas de parte dos governadores, foi limitar a cobrança do ICMS e também dos tributos federais.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

"Brasil está na frente da fila para receber capital externo"

ALTAMIRO SILVA JUNIOR CYNTHIA DECLOEDT

ENTREVISTA: Daniel Bassan, Passou pelo BTG e pelo Credit Suisse antes de ingressar no UBS, que se associou ao BB para manter sua operação no Brasil

Com duas guerras no mundo, desaceleração da China e juros altos nos países desenvolvidos, os investidores internacionais estão arredios com mercados emergentes. Mas a América Latina tem andado na direção contrária, e recebido recursos estrangeiros, especialmente o Brasil e o México. Só em novembro, até o dia 22, já entraram R\$ 15 bilhões na Bolsa brasileira e mais capital externo pode chegar por aqui em 2024, na avaliação do presidente do banco de investimento UBS BB, Daniel Bassan. "O que tiver de fluxo de estrangeiro para emergente, eu diria que o Brasil está na frente da fila, o primeiro ou segundo lugar", disse ao Estadão/Broadcast.

A diferença, desta vez, é que o Brasil ocupa a dianteira num momento em que os juros sobem nos Estados Unidos e Europa.

Por isso, os recursos disponíveis podem ser menores que no passado, já que os investidores preferem aplicar em mercados mais seguros. Mesmo assim, Bassan diz que "tem dinheiro para vir" e que não acha "que os estrangeiros vão ficar fora".

No comando do UBS BB no Brasil há três anos, quando foi fechada a parceria com o Banco do Brasil - o banco passa agora por uma nova fase, com a fusão, às pressas, do UBS com o Credit Suisse, costurada pelo governo suíço e que ainda está em curso - Bassan acredita que os IPOs voltarão em 2024 e ajudarão a melhorar outras transações, como fusões e aquisições (M A, na sigla em inglês), com as empresas captando recursos para bancar estes negócios.

Veja a seguir os principais trechos da entrevista.

Com juros em queda e a aprovação da **reforma tributária**, como o sr. vê o cenário para investimento estrangeiro em 2024?

No terceiro trimestre, os números de investimento estrangeiro foram bastante positivos.

Temos um estudo que mostra que Brasil e América

Latina estão praticamente no nível mais alto da história de investimentos de estrangeiros.

Isso está acontecendo já que, dentro dos mercados emergentes, Brasil e Índia talvez sejam lugares melhores para ficar. O movimento global é de saída de dinheiro de mercados emergentes, mas temos visto uma entrada por aqui. O fluxo hoje tem saído da Ásia e entrado na América Latina. E o Brasil está perto dos níveis mais altos dos últimos cinco anos. O México tem subido também, até passou o nível mais alto da história.

O que está ajudando o Brasil a receber esses fluxos?

O volume de dinheiro em emergentes se reduziu e está indo para o mercado americano e europeu, por causa do aumento da taxa de juros. Os investidores estão querendo deixar o dinheiro nesses dois centros globais em detrimento dos emergentes.

Mas o dinheiro tem fluído mais para o Brasil, a Índia e até um pouco para o México. Comparado com o ano passado, é um fluxo pequeno, por causa da atração que a oferta da Eletrobras teve em 2022 (que movimentou R\$ 34 bilhões). Mas tivemos três grandes notícias positivas localmente.

A primeira com o **PIB** (Produto Interno Bruto), que veio acima do previsto, muito puxado pelo agronegócio, com números muito expressivos. O segundo é a dívida pública em relação ao **PIB**, que está caindo.

A questão fiscal e da meta de 2024 tem sido muito debatida.

Ela pode pesar na decisão dos estrangeiros?

Claro que a gente quer ter a questão fiscal resolvida no curto prazo, mas esse é um problema global, não é um problema do Brasil. Se olhar de 2019 a 2023, o Brasil é uma das poucas economias que tiveram queda da dívida líquida em relação ao **PIB**. É claro que a dívida é alta, comparada com a maioria dos emergentes, mas a gente talvez tenha sido o que mais fez o dever de casa. Foi o país que teve maior queda nos últimos cinco anos. É normal ter essa discussão sobre o fiscal e estamos caminhando pelo lado positivo.

E qual o terceiro fator positivo que o sr. vê na economia brasileira?

É a inflação, a última surpresa positiva da economia. Depois de uma expectativa de aumento da inflação, já vemos uma queda maior. Minha impressão é que o Brasil está um passo à frente dos outros países. Estou otimista, mas é claro que a gente não vive numa ilha, depende do que está acontecendo no resto do mundo, que não está no melhor dos momentos agora, né?

Discussão sobre crescimento da China, taxa de juros e inflação e a própria questão fiscal nos Estados Unidos, a questão geopolítica. O mundo está em um mar revolto, mas nosso barco está mais estável.

O fluxo de estrangeiros para 2024 ainda não está dado?

Não está dado, mas não por questões locais, e sim globais. O que tiver de fluxo de estrangeiro para emergente, eu diria que o Brasil está na frente da fila, o primeiro ou segundo lugar. É uma pena estar na frente da fila em ano que os juros americanos estão subindo, então talvez haja menos fluxo. Este ano já tivemos um primeiro semestre muito bom de investimento estrangeiro, com o Ibovespa subindo e o dólar caindo. Tem dinheiro para vir, não acho que os estrangeiros vão ficar fora.

O sr. acha que os IPOs voltam em 2024?

Acho que voltam. Tem uma correlação histórica entre taxa de juros e o mercado de ações.

Quando você tem a queda da taxa de juros historicamente abaixo dos 10%, começa a ter fluxo maior dos fundos de renda fixa para a renda variável. Com a captação, esses fundos de renda variável voltam ao mercado e, uma vez que as ações de empresas que já estão listadas ficam mais caras, há oportunidade de fazer IPO. O fluxo de gringo do primeiro semestre do ano foi muito bom, não teve o fluxo de brasileiro.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Municípios têm maior volume de investimento em 20 anos

Marta Watanabe

Os investimentos do agregado dos municípios do país atingiram total de R\$ 103,56 bilhões em 2022, recorde da série histórica que vem desde 2002, bem acima dos R\$ 88,16 bilhões aplicados do último pico, em 2012, considerando dados em valores reais. A marca histórica no ano passado foi bancada em 60,6% por recursos próprios por parte dos municípios.

A receita total das prefeituras no ano passado ultrapassou pela primeira vez a casa do trilhão (R\$ 1,028 trilhão), com alta real de 10% em relação ao ano anterior. As receitas correntes cresceram 9,1% reais sobre base alta de comparação. Em 2021, ano considerado "excepcionalmente favorável", as receitas correntes já haviam avançado 7% em termos reais, até então a maior taxa real de crescimento anual desde 2014.

Os dados fazem parte do anuário "Multicidades - Finanças dos Municípios do Brasil", que a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) divulgará hoje. O relatório considera dados de receita de 5.084 cidades, dentre total de 5.568 municípios do país. Os valores foram corrigidos para 2022 pelo IPCA médio.

Para este ano, embora as prefeituras sintam a desaceleração ou queda nos repasses de 1CMS e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o esperado recebimento dos recursos relativos à compensação das perdas com a redução do imposto estadual no ano passado pode favorecer o quadro ao fim de 2023. No campo das despesas, os investimentos podem ficar mais contidos neste ano, mas é possível que tragam uma "grata surpresa" no ano que vem, desta vez com maior parcela de financiamento de recursos de operações de crédito, avalia Gilberto Perre, secretário-executivo da FNP.

Em 2022 as prefeituras experimentaram aumento da receita total mesmo com a perda de 3,3% nos repasses recebidos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O tributo estadual tem 25% de sua receita obrigatoriamente distribuída às prefeituras e sofreu queda de arrecadação no ano passado em razão de redução de alíquotas resultantes de legislação do governo federal.

Com isso, o repasse de ICMS, que em 2021 foi a

maior fonte de receita das prefeituras no agregado do total de cidades do país, foi ultrapassado pelo FPM. Os repasses desse fundo subiram 15,5% reais no ano passado ante 2021.0 FPM foi beneficiado pelo bom desempenho de **tributos** arrecadados pela União no decorrer de 2022, principalmente do Imposto de Renda (IR). O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), juntamente com o IR, também é repassado pela União aos municípios via FPM, mas sofreu queda de receita em razão de medidas do governo federal para estimular a indústria e frear a **inflação**. Outro fator que colaborou para o avanço foi a expansão de 24,5% para 24,7% da parcela de arrecadação do IR e do IPI destinada a essa transferência. Dentro da arrecadação própria dos municípios, a receita do Imposto Sobre Serviços (ISS) aumentou 8,8% em 2022 contra o ano anterior.

O cenário favorável para as receitas possibilitou aos municípios um maior nível de investimentos, que também foram beneficiados por aumento das transferências de capital dos Estados e operações de crédito.

As transferências de capital, que são os repasses de recursos destinados a investimentos, atingiram R\$ 24,26 bilhões em 2022, 62,5% a mais em relação ao ano anterior. O salto, segundo Perre, foi fomentado por substancial aporte de recursos dos Estados em ano de eleição de governadores. Os recursos de operações de crédito também cresceram, com alta de 8,6%, totalizando R\$11,55 bilhões.

Por categoria econômica, os investimentos foram as despesas municipais que mais cresceram no ano passado, mas o conjunto total de gastos das prefeituras cresceu. Segundo o levantamento, a despesa total dos municípios cresceu 16,2% em 2022 em termos reais, 6,2 pontos percentuais acima da taxa de crescimento das receitas. O único grupo cuja despesa não cresceu no ano passado, considerando o agregado das cidades, foi com juros e amortização de dívidas.

As despesas de pessoal, que representam 43,6% do gasto total dos municípios, avançaram 8,3% reais em relação a 2021,0 aumento reflete o fim da restrição imposta pela Lei Complementar 173/2020, a lei que estabeleceu os repasses extraordinários a Estados e municípios no combate à pandemia e que trouxe junto

limitações para contratações e reajustes salariais de servidores que valeram até o fim de 2021. Sob a restrição, o gasto de pessoal dos municípios chegou a recuar 1,8% em 2021, mas avançou no ano passado, sob pressão de reajustes de salários que ficaram congelados e de recomposições, como a do piso nacional da educação.

As despesas de custeio, aponta o relatório, saltaram 18,3% reais no ano passado, Foi a maior taxa de crescimento anual desse tipo de gasto, considerando a série histórica desde 2002. O aumento é atribuído à retomada completa dos serviços públicos em 2022, após dois anos de paralisação total ou parcial devido à pandemia de co-vid-19. Perre destaca os serviços de educação, que foram retomados, com parte dos municípios recompondo gastos mínimos que não puderam ser executados no período mais crítico da pandemia.

O aumento mais intenso das despesas correntes, que cresceram a uma taxa de 12,5% contra 9,1% das receitas correntes, resultou em piora do indicador de equilíbrio fiscal levantado pelo relatório da FNP. O indicador soma às despesas correntes os desembolsos das amortizações de dívida e confronta esse valor com o da receita corrente. Quanto mais próxima ou superiora 100% estiver a relação, pior é a condição de equilíbrio fiscal.

Em 2022, o indicador teve piora, com taxa que subiu para 90,7%, após ter fechado 2021 em 87,9%, o menor nível em 20 anos. Mesmo assim, destaca o relatório, o indicador do ano passado é o melhor de todos já registrados de 2012 a 2020.

À frente, diz Perre, os municípios acompanham o debate da **reforma tributária** e seus possíveis impactos para as prefeituras. Há uma expectativa, ressalta, de que a reforma contribua para a redução da regressividade e traga maior eficiência econômica, o que pode beneficiar a todos..

Mesmo assim, diz, há pontos de atenção no texto mais recente da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, aprovado pelo plenário do Senado.

Entre as maiores preocupações, ressalta Perre, está a redução do fator populacional na regra de rateio da cota-parte dos municípios no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) estadual. Outro receio está na composição do comitê gestor do IBS. Para a FNP, o critério de deliberação não deve considerar somente a maioria absoluta dos votos dos representantes dos municípios. Para a entidade, essa maioria só deliberaria se corresponder também a pelo menos 50% da população do país. O texto, porém, aponta Perre, traz também pontos positivos.

Um deles, aponta, é a possibilidade de a prefeitura atualizar por decreto a Planta Genérica de Valores para o cálculo do IPTU, tributo cobrado sobre a propriedade de imóveis urbanos. "É algo que os governos estaduais já fazem em relação ao cálculo do IPVA, cobrado sobre automóveis", compara Perre. Ele ressalta que a decisão sobre alíquotas continuará sendo uma decisão política do Legislativo.

"Investimentos podem trazer grata surpresa no ano que vem" Gilberto Perre

Site: <https://valor.globo.com/imprensa/20231127/>

Congresso fortalece articulação para derrubar veto de Lula à desoneração da folha

Brasília

|
Hellen Leite, do R7, em Brasília

A análise do veto total ao projeto da desoneração da folha de pagamento para os 17 setores que mais empregam está agendada para a próxima sessão do Congresso Nacional. Esse tema foi incluído como prioritário no acordo entre os líderes e foi confirmado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Contudo, a falta de consenso em relação aos vetos relacionados às propostas sobre o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, as novas regras fiscais e o marco temporal ainda causa incertezas quanto à data da sessão.

Inicialmente, após o adiamento da reunião da última semana, estava previsto o remanejamento para terça-feira (28). Diante da ausência de acordo, a nova expectativa é que a sessão seja realizada na quinta-feira (30). Mesmo assim, persiste a possibilidade de mais um ajuste no cronograma.

A decisão de Lula provocou uma reação imediata no Congresso, levando parlamentares das duas Casas a se unirem na tentativa de reverter a medida o mais rapidamente possível. A proposta obteve ampla aprovação de deputados e senadores, passando pela Câmara com 430 votos a favor e 17 contra. No Senado, a votação foi simbólica - quando os senadores não registram o voto nominalmente. Isso é mais do que suficiente para superar o veto, o que requer o respaldo da maioria absoluta dos legisladores, ou seja, pelo menos 257 votos de deputados e 41 de senadores.

Para o vice-presidente da Câmara, deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP), a tendência é que o veto seja derrubado. "O projeto de desoneração da folha é crucial para esses 17 setores. [...] Não é o melhor modelo, mas é o que foi possível, e isso trouxe um debate muito intenso no Congresso. Meu sentimento é que o Congresso tende a derrubar esse veto do presidente Lula", afirmou.

Para o deputado Luciano Zucco (Republicanos-RS), o veto "é mais um grave erro da equipe econômica".

"Estamos falando de milhares de postos de trabalho que arriscam desaparecer. A conta é simples: se o emprego fica mais caro, nós teremos demissão em massa. Cabe ao Congresso consertar mais esse erro grosseiro. Certamente, vamos derrubar esse veto", disse.

Entidades representativas dos setores desonerados pressionam para que o veto caia e avaliam que 1 milhão de empregos estarão sob risco após o fim da validade da medida. A quantidade corresponde a 1.023.540 postos abertos de janeiro a junho de 2023, conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Os setores da economia contemplados com a desoneração da folha de pagamento registraram crescimento na geração de empregos superior ao de áreas que não são atendidas pela medida. Segundo levantamento feito com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), de janeiro de 2018 a dezembro de 2022, as atividades incluídas na desoneração contrataram ao menos 1,2 milhão de trabalhadores, ao passo que os demais setores abriram 400 mil postos de emprego.

Quando a medida entrou em vigor, 56 setores eram contemplados, mas o ex-presidente Michel **Temer** (MDB) sancionou, em 2018, uma lei que removeu 39 segmentos do regime. A medida valeria até 2021 e foi prorrogada pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL). A atual desoneração acaba no fim deste ano.

Ao orientar pelo veto integral ao projeto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, alegou que a proposta é inconstitucional. Ele também se comprometeu em apresentar alternativas após a aprovação da **reforma tributária** e dos projetos que aumentam a arrecadação, como a taxação das apostas esportivas, dos investimentos de brasileiros no exterior (offshores) e de fundos exclusivos. Essas matérias devem entrar na pauta do Senado ainda nesta semana.

A desoneração possibilita ao empregador optar por substituir a incidência da contribuição previdenciária patronal sobre a folha de salários pela incidência sobre a receita bruta da empresa. Em vez de o empresário recolher 20% sobre a folha de pagamento do funcionário, o tributo pode ser calculado ao se aplicar um percentual sobre a receita bruta da empresa, que

varia de 1% a 4,5%, a depender do setor.

A contribuição não deixa de ser feita, apenas passa a se adequar ao nível real da atividade produtiva do empreendimento. Em outras palavras, as empresas que faturam mais contribuem mais. Com isso, é possível contratar mais empregados sem gerar aumento de impostos.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/congresso-fortalece-articulacao-para-derrubar-veto-de-lula-a-desoneracao-da-folha-28112023>

Desoneração ampla da folha não chega em 2024, e governo não mostra solução

Mariana Londres Colunista do UOL 28/11/2023 04h00

Após vetar a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores por mais quatro anos, o ministério da Fazenda prometeu enviar na próxima semana uma solução alternativa ao projeto aprovado pelo Congresso.

Questionei fontes da Fazenda se a solução seria uma desoneração ampla, que deve ser apresentada junto com a reforma tributária fase 2, sobre a renda, e a resposta foi que a desoneração ampla não será apresentada agora, apesar de o projeto não ter sido descartado.

A pasta não dá pistas sobre qual será a solução para resolver o problema imediato da desoneração que termina em 31 de dezembro, e portanto como será o pagamento dos impostos sobre a folha para os 17 setores em 2024.

A insegurança dos setores prestes a perder os benefícios concedidos pelo governo Dilma Rousseff em 2011, caso o veto não seja derrubado pelo Congresso, é uma das preocupações do autor do projeto aprovado pelo Congresso, senador Efraim Filho (UB-PB).

"Até agora não temos pistas da proposta alternativa do governo, que teve todo o tempo da tramitação do Congresso para apresentar e não o fez. A proposta do governo dá para discutir, mas que se inverta a ordem. Que se prorrogue o que há hoje para que nesta vigência de prorrogação, discutir o aperfeiçoamento. Encerrar o que existe hoje para aí discutir alternativas só gera prejuízos para as empresas e para os trabalhadores".

É remota a possibilidade de o veto de Lula sobre a desoneração ser mantido pelo Congresso. Apesar disso, a decisão do presidente gerou desgaste e apreensão entre os setores e no parlamento.

A redução dos impostos pagos no Brasil sobre a contratação de mão-de-obra é um desejo antigo de governos e de legisladores, mas até agora não foi apresentada uma fórmula que promova a redução da carga sem impactos importantes no financiamento da seguridade social.

A única solução apresentada até agora é justamente essa que o governo tenta reverter, apesar de ela ter sido concebida dentro de um governo petista, de Dilma Rousseff. A proposta era de uma redução temporária na carga tributária sobre a folha de pagamentos, mas o benefício foi sendo prorrogado desde então, pois os setores alegam que teriam que demitir caso a reversão aconteça depois de quase 13 anos.

Um dos planos do ministro da Economia de Bolsonaro, Paulo Guedes, era reduzir os impostos sobre a folha com a criação de um imposto sobre transações digitais, que chegou a ser apelidado de "Digitax", mas no Congresso e na sociedade era visto como uma nova CPMF, gerando enormes resistências.

No setor de serviços, essa ideia nunca foi descartada, e esse foi o tema da primeira coluna aqui no UOL, a proposta do setor de criar uma nova CPMF para bancar o financiamento da previdência social.

Site: <http://economia.uol.com.br/colunas/mariana-londres/2023/11/28/desoneracao-ampla-esta-no-horizonte-mas-nao-para-2024.htm>

Quando a preocupação com a tributação é seletiva - EM MINAS

BERTHA MAAKAROUN

O historiador Will Durant conta que, no primeiro século depois de Cristo, o imperador romano Tito Flávio Vespasiano, gerindo um estado afundado em dívidas, à beira da insolvência, elevou **tributos** das províncias, restaurou os da Grécia e levou novas taxações a todos rincões do grande império. Terras públicas arrendadas, palácios e propriedades vendidos. De acordo com o escritor Suetônio, Vespasiano vendia cargos públicos, colocava os mais "capazes" em províncias onde pudessem se enriquecer rapidamente para que em seguida pudesse chamá-los às falas, confiscando tudo e mais um pouco em favor do Tesouro. Um dia, resolveu impor taxas pelo uso dos mictórios públicos de Roma. Indignado, Tito, filho de Vespasiano, foi ter com o pai. Reclamou: "Essa é uma renda indecorosa". O imperador não se abalou. Encheu a mão com um punhado de moedas, empurrou-as às narinas de Tito, desafiando-o: "Vê se tem algum cheiro, meu filho!".

Seis são os governadores dos estados do Sul e Sudeste que se anunciam como aqueles que mais geram riqueza ao país. Este ano andam ansiosos por garantir a tributação em seus estados. Há poucos dias, assinaram carta atribuindo à **Reforma Tributária**, a decisão de aumentar as alíquotas modais de ICMS para recompor a arrecadação estadual e "neutralizar as perdas potenciais com a futura distribuição do produto arrecadado com o IBS", novo imposto que irá substituir o ICMS e o ISS. Alegam que a participação de cada estado no total arrecadado pelo IBS dependerá da receita média do ICMS entre 2024 e 2028. A Reforma retornou à Câmara dos Deputados, ainda tramita, mas esses governadores agora são ágeis. Diferentemente, ano passado, de eleições, não fizeram caso em perder receitas - em Minas foram cerca de R\$ 3 bilhões - com a redução das alíquotas de ICMS para combustíveis e energia (Lei Complementar 192/2022). Se o preço para ajudar o aliado Jair Bolsonaro (PL) era esse, às favas com a cartilha liberal.

O vai-e-vem dos **tributos** em Minas é seletivo. Por um lado, o governo Zema, em setembro, entrou em choque com deputados estaduais, inclusive de sua própria base, para que aprovassem a reedição da alíquota de ICMS de 2 pontos percentuais sobre "produtos supérfluos" como refrigerantes, cervejas,

celular, entre outros. O deputado estadual Noraldino Júnior (PSB) precisou quase chorar em plenário para arrancar ração de animais do saco de maldades. Por outro lado, contudo, estudo realizado pelo auditor fiscal João Batista Soares, diretor do Sinfazfisco, indica que entre 2018 e 2029, Minas Gerais terá feito R\$ 151,897 bilhões em renúncias fiscais, das quais, R\$ 127,37 de ICMS e R\$ 19,66 de IPVA. Tal renúncia, inclusive, é um dos argumentos da denúncia de de cumprimento do RRF pelo governo de Minas, que o deputado estadual professor Cleiton (PV) encaminhou à Procuradoria Geral do Tesouro Nacional. Tito, o filho, se aqui estivesse, estaria no mínimo confuso.

SEIS SÃO OS GOVERNADORES DOS ESTADOS DO SUL E SUDESTE QUE SE ANUNCIAM COMO AQUELES QUE MAIS GERAM RIQUEZA AO PAÍS. ESTE ANO ANDAM ANSIOSOS POR GARANTIR ATRIBUTAÇÃO EM SEUS ESTADOS

Passe livre na pauta

Duzentos e um deputados federais, entre os quais 20 mineiros, integram a Frente Parlamentar "Em defesa da tarifa zero" na Câmara dos Deputados. Com a mobilidade no centro do debate das eleições municipais de 2024, a reivindicação, pauta tradicional na esquerda, agora também frequenta deputados da direita.

Da esquerda à direita

Além da bancada do PT, entre mineiros, assinam deputados do Patriotas, Avante, Solidariedade, MDB, Republicanos e PL. Na Assembleia de Minas, a Frente Parlamentar Tarifa Zero, existe desde setembro. Vinte e duas cidades no estado já adotaram algum tipo de gratuidade.

Carroças

A partir de 2026, a carroças não poderão mais circularem Belo Horizonte. De autoria do vereador Wanderley Porto (Patri), a lei foi sancionada e reduz de 10 para cinco anos o prazo legal para a extinção da tração animal na cidade. "Há hoje 600 pessoas que trabalham com a tração animal", afirma Wanderley Porto. O prefeito Fuad Noman (PSD) criou um grupo de trabalho intersetorial, para buscar meios de capacitação dos carroceiros.

App do sangue

Integrado ao ConecteSUS, o aplicativo Hemovida foi lançado nesta segunda-feira pelo Ministério da Saúde para captar voluntários à doação de sangue. Por meio dele, a pessoa encontrará a rede de saúde mais próxima e baixar a carteira do doador.

Giro árabe

O presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD), acompanha o presidente Lula na missão à Arábia Saudita nesta terça-feira. Lá, o ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), se juntará à comitiva presidencial. Seguem para Doha, no próximo 30, onde participam de fórum com empresários e, de lá, para a 28ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 28), em Dubai, nos Emirados Árabes.

Mobilização

O coordenador da bancada federal, Luiz Fernando (PSD), vai mobilizar os deputados federais e órgãos governamentais com pedido de informações sobre a licitação para a concessão da BR 381, -trecho Belo Horizonte a Governador Valadares - que, pela terceira vez, não recebe nenhuma proposta. "Temos de resolver a questão da BR 381, a BR040 e o Anel Rodoviário. Todo dia é um acidente fatal", afirma. O parlamentar quer ouvir também técnico do Tribunal de Contas da União (TCU), para esmiuçar as razões de não haver empresas interessadas.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/28/11/2023/p1>

Balança comercial brasileira vai quebrar recorde em 2023 - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

O Brasil caminha para encerrar 2023 com o maior superavit já registrado por sua balança comercial. Um novo relatório produzido pelo Banco Safra projeta resultado positivo no ano de US\$ 95 bilhões - se confirmado, será o melhor desempenho de todos os tempos. Para a Fundação Getúlio Vargas, a cifra deverá se aproximar dos US\$ 100 bilhões, o que seria ainda mais surpreendente. Segundo especialistas, o salto de quase 10% das exportações e as importações estagnadas explicam o recorde. Entre os itens mais vendidos ao exterior destacam-se, como sempre, os produtos agrícolas. Entre janeiro e outubro deste ano, o volume de exportações da soja subiu 25%. O caso do milho é ainda mais exemplar, com avanço de 37%. O estudo do Banco Safra mostra ainda que o petróleo também fez bonito, com aumento de 29% nas transações internacionais. Em tempo: a China responde, sozinha, por 53% do superavit brasileiro.

Americanas fecha acordo com credores

Onze meses depois da revelação de um dos maiores escândalos contábeis da história do país, a Americanas apresentou ontem o teor do acordo com credores que deverá abrir caminho para a aprovação do plano de recuperação judicial. De acordo com o chamado Plan Support Agreement, os três acionistas de referência da empresa - Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira - farão um aporte de R\$ 12 bilhões, enquanto outros R\$ 12 bilhões serão convertidos em dívida pelos credores.

Cerveja sem álcool avança no Brasil e atrai investimentos

O consumo de cerveja sem álcool cresce no país. De acordo com projeções da empresa de pesquisas Euromonitor, as vendas desse tipo de bebida deverão aumentar 24% em 2023 versus o ano passado, alcançando 480 milhões de litros. O curioso é que o avanço no mercado brasileiro é muito superior à média global, de 6%. Atenta a esse movimento, a Heineken está investindo R\$ 80 milhões na fábrica de Araraquara, no interior de São Paulo, para elevar a produção de sua cerveja zero álcool.

Dolarização da economia argentina não deverá vingar

A dolarização da economia argentina, promessa de campanha do presidente eleito Javier Milei, dificilmente será adotada em pouco tempo. Além da complexidade da operação, o economista Luis "Toto" Caputo, um dos principais conselheiros de Milei, é contrário à ideia. Não deixa de ser curioso o fato de o novo presidente abandonar convicções e ter se convertido ao pragmatismo em tão pouco tempo, deixando o histrionismo da campanha de lado. Na política, não existe nada como um dia após o outro.

Rapidinhas

Depois de várias tentativas de entrar no mercado de games, a chinesa ByteDance, dona da rede social TikTok, desistiu de vez de investir no setor. A empresa fechará a divisão de jogos eletrônicos, chamada Nuverse, e demitirá centenas de funcionários. Apesar dos aportes pesados que fez na área, a ByteDance não conseguiu emplacar games de sucesso.

O Bradesco se tornou um dos campeões na concessão de crédito rural. Entre julho e o início de novembro, o banco protocolou no BNDES R\$ 1 bilhão em pedidos de financiamento rural. Segundo a instituição financeira, a maior parte dos recursos (78%) será destinada para a compra de máquinas e equipamentos agrícolas.

A Havaianas, marca de chinelos que pertence à Alpargatas, é a nova patrocinadora do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) para os Jogos de Paris, em 2024. A estratégia faz sentido: as transmissões de competições paralímpicas têm alcançado boa audiência e o Brasil é uma das potências globais do esporte.

Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria mostrou o alto índice de adoção de energias renováveis pelo setor. Metade (51%) das indústrias brasileiras as utiliza, sendo que o maior percentual está na região Nordeste (62%). Segundo o estudo, o principal foco de interesse dos empresários industriais é a energia solar.

"O Brasil precisa crescer e se desenvolver e não pode fazer isso a qualquer custo. Temos responsabilidade fiscal e um compromisso umbilical, de coração, com responsabilidade social e ambiental" "Dario Durigan, secretário-executivo do Ministério da Fazenda

4,53% é a previsão do mercado financeiro para a **inflação** oficial do país em 2023, segundo o Boletim Focus do Banco Central. A projeção caiu pela terceira semana consecutiva.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/11/28/all.pdf>

Minas no olho do furacão - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Conforme escrevi para O Dia, do Rio de Janeiro, há duas semanas, surpreendeu-me o convite que Lula da Silva fez a jornalistas para um café da manhã há cerca de um mês, visando, basicamente, a passar com precisão a mensagem de que, se fosse pressionado a cortar investimentos em infraestrutura o ano que vem, desistiria de tentar cumprir a promessa que o ministro Haddad, ausente à reunião, fizera de zerar o déficit primário da União em 2024, no contexto do chamado Arcabouço Fiscal. Ou seja, Lula disse com precisão que o governo usaria parte do dinheiro que se pretende poupar (algo que ocorre exatamente quando se tem um saldo primário positivo) para promover um aumento no gasto em infraestrutura.

Para alguns, pareceu combinação prévia de Lula com Haddad, pois, sagaz como costuma ser, Lula pode bem ter lhe dado a missão de acalmar à parte os mercados financeiros, enquanto defenderia abertamente uma posição favorável a maiores gastos, algo que muitos não estranhariam que partisse dele, especialmente quando se verifica que nos dois mandatos e meio que Lula assumira antes, o gasto havia crescido, em média, 6% ao ano acima da **inflação**, algo que circula abertamente na Faria Lima.

A verdade é que, em que pese certos problemas que podem ser criados, Lula bem sabe que, para a economia crescer mais, é preciso investir mais. Só que o problema que temos por aqui é bem mais complicado do que essa simples frase pode implicar, ou seja, existe algo a ser combatido, que precisa ser bem explicado e depois tomadas as devidas providências. Nesse sentido, lá "atrás das cortinas" está a explosão dos déficits previdenciários que muito poucos reconhecem, algo que, ao longo dos anos, muito se deve a problemas de inadequada gestão, mas em parte simplesmente se explica por razões demográficas, ou porque as mulheres estão tendo menos filhos (e daí a ocorrência de menores contribuições - ou seja, receitas) e porque as pessoas estão vivendo mais (e, assim, recebendo benefícios por muito mais tempo - ou seja, despesas).

Deve-se ter clareza de que tais déficits gigantescos têm de ser devidamente enfrentados pelos entes públicos, que, por trás de tudo, se vêm diante da difícil missão de escolher como vão dividir um bolo limitado

de receitas entre: (1) a cobertura desses déficits em si, enquanto ações específicas para combatê-los não surtirem efeito; (2) os investimentos em infraestrutura - fundamentais para o crescimento da economia e das receitas, e também (3) para pagar parte do serviço da dívida e manter seu controle, conforme tanto pressionam os mercados financeiros e, na mesma toada, as autoridades fazendárias.

Como parte desse mesmo imbróglio, surgiu, nas últimas semanas, uma intensa discussão na mídia envolvendo a difícil situação financeira do estado de Minas Gerais, que levou, há algum tempo, à suspensão da amortização de sua dívida junto à União, sua grande credora, cujo resgate, ainda que parcial, estaria, segundo mineiros combativos, sendo cobrado injustamente pelas autoridades econômicas de Brasília. Isso vem sendo apregoado por destacadas lideranças políticas locais como o governador e o presidente da Assembleia Legislativa, ultimamente liderados em Brasília pelo próprio presidente do Senado e um ministro de Lula, ambos também mineiros.

Nesse ponto, faz sentido demonstrar numericamente quão descomunal é o peso do problema previdenciário no setor público brasileiro, e, em particular o de Minas Gerais, embora não se assista a uma menção sequer a esse problema nos inúmeros vídeos inseridos no YouTube por agências de notícias mineiras nas últimas semanas. Nesse contexto, foi chocante constatar que, segundo o Anuário Estatístico da **Previdência Social** (AEPS), em 2021, o passivo atuarial ou a dívida previdenciária de Minas era a segunda maior dos estados brasileiros, montando 23,9% do subtotal estadual inclusive DF, que correspondia a R\$ 3,1 trilhões, só perdendo para São Paulo, com 24,2% do total. É nesses dois estados que se concentra o problema previdenciário público brasileiro, somando praticamente metade do passivo atuarial total.

Em contraste, o estoque da Dívida Pública Consolidada Líquida Total (DPCLT) dos Estados brasileiros era de R\$ 772 bilhões em 2021, bem abaixo do passivo atuarial total de R\$ 3,1 trilhões acima citado. Tal tipo de descompasso não ocorre no caso da União, onde a DPCLT era de R\$ 4,8 trilhões no mesmo ano, e o déficit atuarial apenas dos regimes próprios era de R\$ 1,3 trilhão.

Nessas condições, é hora de as autoridades que acompanham e disciplinam esse assunto reverem profundamente o enfoque que vem sendo adotado nas avaliações das situações financeiras dos vários entes que compõem a federação brasileira, trazendo à tona o gigantesco problema previdenciário que assola o país, e olharem com atenção o passo a passo de casos importantes e bem-sucedidos como o da Prefeitura de São Paulo, e outros em andamento que prometem bastante, como o do estado do Piauí.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - DF
Minas no olho do furacão

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/28/11/2023/p1>

A 12 dias da posse, Milei dá sinais de alguma moderação na Argentina

CAROLINA MARINS

Depois de chamar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de "comunista" e "corrupto" durante a campanha e de convidar Jair Bolsonaro para a posse antes do presidente em exercício, Javier Milei deu os primeiros sinais de que seu governo será mais pragmático do que prometeu como candidato, avaliam analistas.

A visita de sua futura ministra das Relações Exteriores, Diana Mondino, no fim de semana, não foi o único sinal de mudança de curso. Ela já havia se reunido com o embaixador da China em Buenos Aires e, assim como fez ao presidente Lula, convidou o líder chinês, Xi Jinping, para a posse, no dia 10. A China também foi alvo de ataques na campanha.

Mudanças de nomes dentro do futuro gabinete, especialmente na área econômica, bem como aliança com o partido de Mauricio Macri, o PRO, e com peronistas de Córdoba, sinalizam um Milei diferente daquele da campanha eleitoral, que falava de motosserra, comunistas e corruptos.

"Milei aos poucos está mostrando um estilo de liderança pragmático", aponta Facundo Galván, professor de Ciência Política da Universidade de Buenos Aires (UBA). "Convidou para o seu gabinete figuras tanto do peronismo como do PRO. E, de fato, não há no momento tantas figuras do partido libertário na divisão de cargos. Somente alguns nomes de extrema confiança de Milei, como a própria Mondino." Nas primeiras horas após a vitória nas urnas, nomes clássicos da coalizão A Liberdade Avança que haviam sido confirmados para cargos, como Emilio Ocampo para o Banco Central e Carolina Píparo para a Anses (entidade de assistência social), foram afastados do futuro gabinete. Outras ausências, como de Ramiro Marra, ex-candidato a prefeito de Buenos Aires e um aliado próximo de Milei, chamam atenção.

"Milei sempre demonstrou um tom mais desordenado, mas agora tem se mostrado mais realista e pragmático", diz o analista político pela UBA Pablo Touzon. "Por exemplo, a indicação de Luis "Toto" Caputo para a Economia, que é uma espécie referência do macrismo, implica praticamente eliminar uma das ideias centrais da sua campanha, que era a dolarização." Essa moderação já era, de certa forma, esperado, segundo o professor de Ciência Política da

Universidade Católica Argentina (UCA) Fabian Calle.

"São todos gestos de normalidade, porque ele sabe que seu principal desafio é a economia." Além de ajustar a economia, que hoje bate 142% de inflação, Milei precisa construir apoio no Congresso e nos governos das províncias para seguir com suas promessas de campanha.

BRASIL. O maior passo atrás do novo presidente até agora é no trato com o Brasil de Lula.

Dias antes do fim da corrida eleitoral, Milei havia afirmado em entrevista que não se reuniria com o presidente brasileiro.

O deputado Eduardo Bolsonaro foi uma presença marcante em sua campanha.

Após a visita surpresa de Mondino, Milei poderia até mesmo manter o peronista Daniel Scioli como embaixador no Brasil. Candidato derrotado à presidência argentina em 2015, Scioli é um político reconhecido por ter conseguido manter como diplomata a ponte entre os países nos momentos de maior atrito entre Jair Bolsonaro e Alberto Fernández, e por ter boa circulação entre os diversos espectros da política brasileira.

"A impressão que tenho é de que, com o Brasil, Milei está tentando reverter tudo o que disse", indica Touzon.

Fim da promessa

Para professor da UBA, Caputo na Economia significa abandono da ideia de dolarização

UE diz que negociações com Mercosul estão "muito avançadas"

A Comissão Europeia afirmou ontem que as negociações técnicas para concluir o acordo comercial com o Mercosul estão "muito avançadas".

Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou a intenção de anunciar a conclusão na cúpula do Mercosul no Rio, no dia 7, quando o Brasil passa a presidência rotativa do bloco para o Paraguai.

"Pode-se dizer que as negociações técnicas estão prontas para o impulso político final", disse o vice-presidente de Comércio da Comissão Europeia, Valdis Dombrovskis, depois de uma reunião com representantes comerciais dos países da União Europeia.

Um acordo comercial foi firmado em 2019, após duas décadas de negociação, mas os dois lados ainda discutem divergências para que o texto seja formalizado. As conversas se intensificaram nas últimas semanas.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Solução para precatório avança no STF

LAVÍNIA KAUCZ BRASÍLIA / COLABORARAM AMANDA PUPO, FERNANDA TRISOTTO/BRASÍLIA e CÍCERO COTRIM, MARIANNA GUALTERI/ SÃO PAULO

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou ontem maioria para autorizar o governo federal a regularizar o pagamento dos precatórios (dívidas decorrentes de decisões judiciais sobre as quais não há mais como recorrer) sem infringir as regras fiscais. O julgamento, no plenário virtual da Corte, foi interrompido por um pedido de vista apresentado pelo ministro André Mendonça. Ele tem até 90 dias para devolver o processo, mas existe a expectativa de que isso possa acontecer já nos próximos dias.

A Corte analisa a constitucionalidade de medida aprovada em 2021, durante o governo de Jair Bolsonaro, que impôs um teto às despesas com precatórios até 2026. O Ministério da Fazenda alega que as regras criaram uma "bola de neve" e calcula que o passivo acumulado até 2027 será de R\$ 199,9 bilhões, o equivalente a 1,4% do **PIB** - o que representaria mais um obstáculo para cumprir a promessa de equilibrar as contas públicas.

Caso a decisão - já aceita por sete dos 11 ministros do Supremo - seja confirmada, o governo poderá pagar ainda neste ano R\$ 95 bilhões do estoque de precatórios por meio de crédito extraordinário. Isso significa que o pagamento da dívida seria feito fora do limite de gastos e sem afetar a meta fiscal. Esse sistema de abertura de crédito extraordinário valeria para os precatórios expedidos até o exercício de 2026.

PEDIDO POLÊMICO. A solução, apesar de positiva, não foi completa para a Fazenda. Em seu voto, o relator do caso, ministro Luiz Fux, não acatou pleito do governo visto como mais polêmico pelo mercado: o de permitir que parte dos valores com dívidas judiciais, relativa ao pagamento de juros e encargos, fosse tratada como despesa financeira - ou seja, fora dos limites do novo arcabouço fiscal. Por outro lado, ao autorizar novas regras para parte dos pagamentos, Fux conseguiu atenuar a preocupação da equipe econômica com a pressão fiscal exercida por esses montantes.

Para o sócio-fundador da Oriz Partners, Carlos Kawall, a decisão indicada até aqui pelo STF parece ser a melhor possível.

"É muito melhor pagar agora do que pedalar algo para frente, sendo que a União não tem nenhum problema

para pagar", disse o economista, ex-secretário do Tesouro.

Após participar de evento ontem em São Paulo, o secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, afirmou que o governo está "muito esperançoso de que, finalmente, esse passivo será equacionado". "Acredito que o Supremo dará uma boa decisão para que finalmente a União deixe de acumular passivos e quite todos os passivos já gerados até agora."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

STF dá recados até nas contas públicas (Artigo)

Raquel Landim Jornalista, é âncora da CNN Brasil

Ninguém vai admitir em público, mas as manobras feitas pela Corte comprovam. Na tarde de quinta-feira (23), o ministro Luiz Fux adiou o julgamento da inconstitucionalidade de trechos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos precatórios que estava marcado para aquele mesmo dia.

O tema é vital para o Planalto, porque abre a possibilidade de pagar R\$ 95 bilhões via crédito extraordinário neste ano, arrumando a casa para 2024. Nesta segunda-feira (27), o ministro André Mendonça pediu vista, mas deve devolver em breve.

O adiamento era um recado nada sutil para o presidente Lula da Silva, já que o governo acabou auxiliando na aprovação no Senado da PEC que reduziu o poder dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) de tomar decisões monocráticas.

Questionado se a briga entre Supremo e Legislativo afetaria a votação da PEC dos Precatórios, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, estava tranquilo.

"São pessoas com grande tradição na vida pública, que sabem que não podemos perder tempo, a gente faz o salamaleico e resolve o problema rápido." É que Lula já havia feito o "salamaleico": um jantar para os ministros Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes e Cristiano Zanin. No jantar, o presidente deixou claro que indicaria para a Procuradoria-Geral da República (PGR) o subprocurador Paulo Gonet - nome preferido dos ministros. E também o ministro da Justiça, Flávio Dino, para o próprio STF.

A maioria da população não acompanha de perto esses bastidores de Brasília, mas tem uma percepção ruim da mais alta Corte da República e do Poder Judiciário.

Pesquisa Genial/Quaest mostrou que 68% dos brasileiros acham que os magistrados deveriam ter mandatos fixos e 66% concordam em limitar as decisões monocráticas. A avaliação negativa da Corte subiu de 29% em fevereiro para 36% em outubro.

E não se trata de um ataque ao Supremo por causa do seu papel no 8 de Janeiro - metade da população concorda com a punição aos atos golpistas. O que

pesa são estrutura inchada, supersalários, penduricalhos, férias extras e a percepção difusa de que o Supremo faz política com tudo - até com as contas públicas.

No Brasil, Judiciário, Ministério Público e advocacia pública custam 1,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**). É mais do que na Argentina (0,13%), na Alemanha (0,37%) e na França (0,2%).

Faz tempo que especialistas avisam que o Supremo é de autocontenção.

Dessa vez, os políticos miraram nas decisões monocráticas, prática já revista pelo estatuto interno e que leva a abusos. Basta lembrar da Lei das Estatais, cujos efeitos estão suspensos por uma liminar há oito meses e cujo julgamento foi finalmente marcado para o dia 6 de dezembro. Mas qual será o próximo alvo?

Raquel Landim, Jornalista, é âncora da CNN Brasil

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Responsabilidade fiscal é "pedra de toque", diz número 2 da Fazenda

**IIANDER PORCELLA e FERNANDA
TRISOTTO/BRASÍLIA**

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse ontem que a responsabilidade fiscal é "pedra de toque" para tudo o que é feito pela equipe econômica e que o crescimento do País não pode ocorrer "a qualquer custo". As declarações foram dadas durante o 16.º Encontro Nacional de Administração Tributária (ENAT), que ocorreu em Brasília.

A fala do secretário sobre responsabilidade fiscal ocorre após o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vencer uma disputa interna sobre a meta fiscal de 2024. Haddad conseguiu manter, por ora, o objetivo de zerar o déficit das contas públicas em 2024, mesmo após o ministro da Casa Civil, Rui Costa, defender rombo de 0,5% do **PIB**.

"Estamos muito imbuídos de uma premissa que é uma finalidade de todos nós: o Brasil precisa crescer e se desenvolver, mas não pode fazer isso a qualquer custo", disse ele.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Bolsa brasileira volta ao radar do capital estrangeiro

MARIA REGINA SILVA CAROLINE ARAGAKI

O saldo de recursos estrangeiros na Bolsa de Valores em novembro promete ser o maior deste ano e também o maior para o mês desde 2020, após três meses consecutivos de retiradas. A virada foi induzida pelo alívio com o cenário dos juros nos Estados Unidos, sazonalidade e fatores internos, segundo especialistas ouvidos pelo Estadão/Broadcast.

Até quinta-feira passada, a entrada de capital externo no mês já somava R\$ 15,96 bilhões.

Em 2023, o saldo até agora é de R\$ 22,33 bilhões.

"O que explica é o Fed (Federal Reserve, o banco central americano)", resume o diretor de investimentos da Nomos, Beto Saadia, referindo-se à mudança das expectativas para a política monetária do banco central americano. Segundo ele, após a inflação ao consumidor dos EUA ficar estável em outubro ante setembro o mercado "comprou" outra história.

"Com a aposta em quando o juro vai cair, o dinheiro buscou mercados com taxas (de juros) maiores, como o Brasil." O Bank of America (BoFA) vê espaço para uma trajetória doméstica positiva daqui para frente, com as taxas dos EUA "finalmente descendo", conforme relatório. Há certo alívio após o pico histórico dos retornos dos Treasuries em outubro.

Na ocasião, a perspectiva de uma política monetária restritiva por longo período gerou a saída de quase R\$ 2,9 bilhões da B3 - o pior resultado para o mês em três anos.

Saadia, da Nomos, acrescenta que a balança comercial "absurda" é outra explicação para a forte entrada de recursos externos na B3. Até a terceira semana de novembro, o superávit comercial acumulado no ano era de US\$ 86,512 bilhões. "Naturalmente isso traz fluxo." CONTAS PÚBLICAS. O economista Pedro Paulo Silveira alerta que a preocupação com as contas públicas permanece, ainda mais após o Ministério do Planejamento elevar sua projeção de déficit primário para R\$ 177,4 bilhões em 2023, ante estimativa anterior de R\$ 141,4 bilhões. "O mercado precisa digerir a realidade fiscal.

Esses números podem deixá-lo mais cauteloso. Mas

não mudam a perspectiva de alta do Ibovespa e do fluxo", acredita o economista.

Enquanto monitoram o andamento no Congresso das medidas para aumentar a arrecadação, em esforço para zerar o déficit público, os investidores têm dúvidas em relação ao fato mais recente: o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia.

A questão é se o Congresso vai derrubar ou não esse veto.

"Talvez a história não seja encerrada a partir desse veto, pois sabemos que há bastante pressão dos setores envolvidos nessa matéria. Além do mais, houve revisões nas projeções de déficit. A vitória foi manter a meta fiscal; foi um sinal positivo", avalia a economista-chefe da Veedha Investimentos, Camila Abdelmalack.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Mercado vê inflação de 4,53% e PIB de 2,84% no ano

/ EDUARDO RODRIGUES/BRASÍLIA

Nova edição do Boletim Focus, compilação de projeções feita pelo Banco Central, indicou nova queda nas estimativas do mercado para a inflação neste ano, que caiu de 4,55% para 4,53%. Um mês antes, a mediana era de 4,63%. O resultado está abaixo do teto da meta (4,75%), evitando o estouro do objetivo a ser perseguido pelo BC pelo terceiro ano consecutivo - depois de 2021 e 2022.

Para 2024, foco da política monetária, a projeção de bancos e consultorias seguiu em 3,91%.

Já a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB) deste ano registrou leve redução - de 2,85%, na pesquisa divulgada na semana passada, para 2,84% agora. Há um mês, o mercado estimava espaço para uma variação de 2,89%. Em relação a 2024, a mediana seguiu em 1,50%, mesmo patamar de um mês atrás.

Ainda segundo o Focus, a previsão para a taxa básica de juros (Selic) no fim do atual ciclo de cortes (que deve ser estender até o fim do próximo ano) é de 9,25%. Não houve alteração em relação à estimativa da semana passada.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

"Afastamento" entre Brasil e Argentina tira peso de uma eventual dolarização

Larissa Garcia

A correlação entre as economias do Brasil e da Argentina perdeu força ao longo do tempo e, segundo economistas consultados pelo Valor, uma possível dolarização do país vizinho não teria efeitos significativos no cenário doméstico. Os analistas destacam também que o plano do presidente eleito de extrema direita, Javier Milei, é difícil de ser implementado, especialmente pela falta de liquidez - recursos disponíveis na economia - em moedas estrangeiras.

Na década de 1990, qualquer turbulência em um dos países afetava o outro, mas esse movimento foi arrefecido em meio a mudanças na pauta comercial e ao empobrecimento da Argentina, que acabou reduzindo sua relevância no ambiente internacional.

Um dos argumentos é que o vizinho já está em crise, com **inflação** de três dígitos e atividade fraca, e não houve contágio na economia brasileira, em parte porque é "blindada" pelas reservas internacionais, que hoje somam US\$ 346,104 bilhões. Além disso, a avaliação é que a dependência da Argentina em relação ao Brasil é muito maior que o contrário.

Nos últimos anos, a China tem tomado espaço da corrente de comércio com a Argentina e, ainda que seja terceiro maior parceiro do Brasil, o vizinho representa 4,27% das exportações, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) de outubro.

Mesmo assim, há uma mudança de perspectivas diplomáticas com efeitos ainda incertos. No início deste ano, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou um acordo para a criação de uma moeda comum com o país vizinho para fins comerciais na tentativa de eliminar o dólar da transação e resolver o problema de liquidez da Argentina. A ideia fica inviabilizada após a eleição de Milei, especialmente se for implementado o plano de dolarizar a economia e fechar o Banco Central.

Na época, o governo justificou que a medida seria vital para a Argentina, mas que também traria benefícios ao Brasil para tomar "de volta" esse espaço comercial ocupado pela China, que havia disponibilizado uma linha de "swaps" - termo em inglês para troca - em

yuan para que a Argentina liquidasse operações sem precisar usar dólares.

"A chance de a dolarização sair é quase zero. A primeira questão é que o chefe do Executivo não tem poder de dolarizar a economia sem aprovação do Congresso, para ter apoio parlamentar ele teria que caminhar para o centro, mas isso geraria um descontentamento em seu eleitorado", ressalta a economista e professora de MBAs da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Carla Beni.

Beni lembra, ainda, que para eliminar o uso de pesos argentinos no país o governo abre mão do instrumento de política monetária e passa a depender dos movimentos de juros dos Estados Unidos.

"Na prática, ele vai abrir mão da autonomia da ferramenta de política monetária, já que vai passar a usar e circular na economia uma moeda a qual ele não imprime a qual ele não é dono. Se o país não imprime dólar, ele precisa ter muita receita em exportação. Seu discurso vai contra isso, já que tem atacado o Brasil e a China, que são os principais parceiros", acrescentou a economista.

Para ela, o discurso de Milei de fechar o Banco Central argentino para resolver o problema da **inflação** é "simplista". "Se o plano for concretizado, apesar de não haver implicações significativas no macro, as empresas que fazem comércio com o país podem ser afetadas, especialmente de veiaados. Mas a relação comercial do Brasil com a Argentina foi diminuindo, especialmente pelo empobrecimento da Argentina", destaca.

Sérgio Goldenstein, estrategista-chefe da Warren Rena, não vê impactos de uma possível dolarização da Argentina para a política monetária brasileira ou para a economia como um todo. "A corrente de comércio entre Brasil e Argentina é bem menor do que já foi no passado. A Argentina representa apenas 5% das exportações brasileiras. Não vejo impacto relevante sobre o Brasil", comenta.

O economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez, também avalia que a mudança teria "pouco efeito efetivo". "A nossa relação já foi muito melhor do que é atualmente, mas claro que quem contava com uma aproximação maior entre as nações pode ter

ficado um pouco frustrado", frisa.

"Avalio que o efeito será mínimo de imediato, caso de fato ocorra de maneira abrupta, também acho que não será tão célere. O problema é como a Argentina irá absorver os solavancos da economia global, já que perderá a soberania da política monetária. Isso pode gerar melhoras e pioras no futuro, mas pouco podemos aferir nesse instante, até porque a Argentina está em um poço sem fundo", complementou.

"O problema é como a Argentina irá absorver os solavancos da economia global"

Étore Sanchez

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20231127/>

Envelhecimento da população desafia a educação dos jovens (Editorial)

Quando o IBGE divulgou, há um mês, o envelhecimento da população brasileira constatado pelo Censo de 2022, o foco principal das análises de especialistas e autoridades foi a preocupação com as implicações na saúde. Todos alertaram para a necessidade de expansão do atendimento especializado, dada a maior propensão a problemas circulatórios, neurológicos e oncológicos dos idosos. Mas o desafio tem muitas faces.

O resultado do Censo 2022 surpreendeu. Depois da pandemia da covid-19 se esperava a redução da população mais velha. Mas foi constatado o aumento do número de pessoas com mais de 65 anos, que passou de 7,4% da população total em 2010 para 10,9% dos 203,1 milhões de brasileiros de 2022, totalizando 8,1 milhões a mais. Em pouco mais de uma década, o crescimento dessa faixa etária foi de 57,4%. No outro extremo, o percentual de habitantes com zero a 14 anos caiu de 24,1% para 19,8%, o equivalente a uma diminuição de 5,8 milhões de pessoas, ou 12,6%. A maior parte da população está na faixa de 15 a 64 anos, com 69,3% do total em 2022 em comparação com os 68,5% de 2010.

Visto de outro ângulo, o índice de envelhecimento também fica evidente: o número de pessoas com 65 anos ou mais de idade, em relação a um grupo de 100 crianças de zero a 14 anos, ficou em 55,2 no ano passado, quase o dobro dos 30,7 do Censo de 2010, o maior da série histórica, iniciada em 1940. A aceleração entre 2010 e 2022 também foi a mais forte da série.

José Eustáquio Diniz, ex-professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, projeta que o Brasil vai envelhecer bem mais rapidamente do que a França, por exemplo, e levar um quarto do tempo do país europeu para chegar a 28% da população com mais de 65 anos. A França vai atingir essa marca em 2070, e o Brasil, em 2062, o que revela a velocidade da transição demográfica brasileira (Valor, 30/10).

Há nuances pelo país. As regiões Norte e Nordeste são as mais jovens, com 25% e 21% da população com até 14 anos, respectivamente. As regiões mais velhas são Sudeste e Sul, com percentuais de idosos de 12%. A idade mediana também reflete esse quadro: ela é de apenas 26 anos em Roraima e chega a 38 no Rio Grande do Sul.

De toda forma, a constatação é que o bônus demográfico ficou para trás, de acordo com especialistas, o que exige providências. A sensação que fica é que o próprio governo se surpreendeu e agora corre atrás para cobrir as lacunas. Em artigo no Valor (24/11), o presidente da Fundação Itaú, que congrega o Itaú Social, Itaú Educação e Trabalho e Itaú Cultural, Eduardo Saron, jogou o olhar para a necessidade de se preparar a população mais jovem para a transição etária, uma vez que terá a tarefa cuidar dos mais velhos e de financiar seu atendimento de saúde e previdenciário.

O tamanho do desafio pode ser medido pelo expressivo grupo de jovens de 18 a 24 que não estudam nem trabalham, os chamados nem-nem. De 37 países analisados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil é o segundo com maior proporção de nem-nem depois da África do Sul, com 36% dessa faixa etária.

A parcela dos jovens que irá sustentar a transição demográfica só estará pronta para a tarefa com investimento consistente em educação, salienta Saron. Vários estudos apontam para esse caminho. Um deles, feito pelo Insper a pedido do Itaú Educação e Trabalho, assegura que se o acesso dos alunos ao ensino médio técnico profissional for triplicado, o **PIB** brasileiro poderia aumentar até 2,32%, graças a maior empregabilidade e ganhos salariais dos profissionais.

Estima-se que o salário de quem cursou o técnico é 12% superior ao de quem fez apenas o médio.

Esse é um dos motivos pelos quais a procura por esses cursos é alta. Mas a oferta é baixa. Na verdade, o Brasil está distante da meta do Plano Nacional de Educação, que é ter 4,8 milhões de vagas no ensino técnico até 2024. Em 2022, só 2 milhões eram matriculados no técnico (O Globo, 27/11). Para dobrar a oferta de ensino técnico seria preciso reforçar os investimentos públicos destinados ao ensino médio dos atuais 1,18% do **PIB** para 1,27% e chegar a 1,35% para triplicar as cadeiras, projeta o Insper. Em consequência, apenas 8% dos estudantes que concluem o ensino médio no Brasil se formaram pelo técnico, em comparação com 37% nos países da OCDE.

A ampliação da educação profissional e tecnológica é tida como prioridade pelo Ministério da Educação, mas não foi bem abordada na reformulação do ensino médio proposta pelo governo Lula. O projeto estabeleceu 2,1 mil horas para disciplinas básicas e 900 horas para as técnicas, ao longo de três anos. No ensino médio regular, a formação básica ficou com 2,4 mil horas. Cursos na área de tecnologia da informação e saúde, que estão entre as carreiras mais promissoras do futuro, inclusive pelo envelhecimento da população e pela exigência de maior produtividade, demandam pelo menos 1,2 mil horas.

O MEC, por sua vez, pede aos Estados que invistam em ensino integral para oferecer modalidades técnicas que demandam maior carga horária. Esse investimento é vital: o estudo do Insper mostra que traz retorno futuro para a economia e para a sociedade.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231127/>

Não há mágica para acelerar mercado de capitais, diz OCDE

Juliana Schincariol Do Rio

O valor de mercado das companhias abertas brasileiras representa atualmente 41% do Produto Interno Bruto (**PIB**), abaixo da média global de 62%. No entanto, não existe solução mágica que possa acelerar imediatamente o desenvolvimento dos mercados de capitais na América Latina, disse ao Valor o diretor de assuntos financeiros e empresariais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Carmine Di Noia.

"As mudanças necessárias poderão exigir não apenas reformas legais e regulamentares, mas também a adoção de novas práticas e sistemas por parte das agências reguladoras e dos profissionais do mercado", afirmou. A OCDE desenvolveu projetos com o Brasil sobre a tutela privada dos direitos dos acionistas, por exemplo. As análises e recomendações resultaram em um projeto de lei sobre o tema e uma nova regra da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre a divulgação de demandas societárias. O objetivo é dar mais transparência aos processos arbitrais envolvendo companhias abertas.

Entre 2000 e 2022, entre aberturas e fechamentos de capital na América Latina, o saldo ficou positivo em quatro anos: 2007, 2011, 2020 e 2021. O impulso veio principalmente das listagens no mercado brasileiro. No ano passado, houve apenas 11 novas aberturas em toda a região. Se os mercados continuarem a se desenvolver, a OCDE busca uma cooperação mais forte com o Brasil, acrescenta. A capitalização de mercado total em relação ao **PIB** na América Latina varia entre 3% na Costa Rica e 55% no Chile.

"Não basta termos instituições eficientes e intermediários sofisticados se os investidores não estiverem bem informados sobre os principais riscos dos produtos financeiros e as oportunidades de diversificação", afirma Di Noia. Há seis anos, a CVM e a OCDE fazem a gestão do Centro OCDE/CVM de Educação e Alfabetização Financeira na América Latina e no Caribe.

Di Noia está em São Paulo para participar da Mesa Redonda de Governança Corporativa da OCDE na América Latina, realizada ontem e hoje. No primeiro dia reunião, foram lançados os Princípios de

Governança Corporativa do G20 e da OCDE, recentemente revisados e endossados pela cúpula do G20.

O papel dos princípios é ajudar os formuladores de políticas públicas a avaliar e melhorar o quadro legal, regulamentar e institucional para a governança corporativa. Di Noia afirma que 53 países já aderiram ao documento, incluindo todos os membros do G20 e do Financial Sustainability Board (FSB). "A recente revisão garantiu que continuam a ser o padrão global para a governança corporativa. Há três objetivos estratégicos: promover o acesso ao financiamento, proteger os investidores e apoiar a sustentabilidade e a resiliência do setor empresarial.

As novas recomendações da OCDE e do G20 incluem a adoção de padrões de contabilidade globais para a transparência de resultados sociais e ambientais. As novas orientações incluem o apoio à adesão a padrões internacionalmente reconhecidos que facilitem a comparabilidade da divulgação relacionada com a sustentabilidade entre companhias e mercados e recomenda a introdução progressiva de assecuração externa para fornecer uma avaliação objetiva da divulgação relacionada à sustentabilidade.

Ontem, durante a mesa redonda, Carmine apresentou pesquisa inédita da OCDE sobre o tema. O estudo levantou, por exemplo, que companhias que representam 70% da capitalização de mercado global divulgam meta de redução das emissões de gases de efeito estufa. A América latina representa 63%.

Todos os países que fazem parte OCDE e do G20 pesquisados estabeleceram "disposições relevantes" para a sustentabilidade, requisitos específicos ou recomendações com relação à divulgação relacionada à sustentabilidade que se aplicam pelo menos às maiores companhias abertas.

Em 2022, das 44 mil companhias listadas em todo o mundo, quase 9.600 divulgaram informações relacionadas com a sustentabilidade. "Além disso, a crescente urgência percebida na gestão dos riscos e oportunidades relacionados com o clima gerou um maior interesse por parte dos investidores nas emissões de gases de efeito estufa das companhias", afirma o executivo.

"Se os mercados continuarem a se desenvolver, a
OCDE busca uma cooperação mais forte como Brasil"
Carmine Di Noia

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187724>